INTERESSADO:COLÉGIO "Dr.AIMONE SALERNO" DE TAQUARITINGA

ASSUNTO :Aproveitamento de estudos concomitantes

RELATOR :Conselheiro Pe.LIONEL COREEIL

PARECER CEE Nº1589 /7S: CSG; Aprov. em 4/6/75

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO: O Diretor do Colégio "Dr.Aimone Salerno", de Taquaritinga, SP, consulta este Conselho sobre a seguinte matéria:

"Poderá ser dispensado das disciplinas de Educação Geral incluídas no currículo do Curso Técnico de Contabilidade, o aluno que estiver cursando concomitantemente outro estabelecimento de ensino de 2º grau, desde que, fique obrigado a apresentar no final do curso, documento hábil desse estabelecimento que comprove ter obtido média de aprovação nessas disciplinas de Educação Geral?"

2. APRECIÇÃO:

- 2.1 Não há dúvida de que vários alunos, particularmente os engajados no mercado de trabalho, encontram muitas vantagens em fazer os estudos de 2º grau de Educação Geral em um colégio e os de Formação Especial em outro, por não encontrarem muitas vezes horário conveniente em colégio de ensino profissionalizante próximo de sua residência.
- 2.2 Esta solução vem sendo reforçada pelo fato de serem muitas as habilitações de técnico e poucos os estabelecimentos que as ministram; ou então algumas são ministradas num colégio, outras em outro. Na realidade, poucos são os colégios que oferecemos habilitações de técnico. A grande maioria dos estabelecimentos de ensino de 2º grau ou não tem condições de ministrar habilitações profissionais ou oferecerem habilitações parciais do setor terciário. Nessas circunstâncias compreendemos perfeitamente o objeto da consulta, ainda mais se for o caso de aluno sem recursos financeiros, que trabalha e procura escola do governo, de ensino gratuito. Poderá encontrá-la com facilidade para o ensino de Educação Geral, mas haverá mais dificuldade para a parte de Formação especial.
- 2.3 O currículo pleno do ensino de 2º grau, segundo os termos do artigo 5º, § 1º da Lei 5692/71, terá uma parte de educação geral e outra de formação especial, sendo que esta deve ser predominante sobre aquela (letra "b" do mesmo parágrafo).
- 2.4- Como se vê, a lei exige que o ensino de 2º grau seja predominantemente profissionalizante, e quando trata no seu artigo 3 da

entrosagem e intercomplementaridade dos estabelecimentos de ensino entre si ou com outras instituições, ela oferece aos educandários grande riqueza de recursos: intercâmbio de valores educacionais; complemento de habilitações profissionais de um colégio para outro; aproveitamento das instalações das indústrias, do comércio, da agricultura (art. 6, Lei 5692/71); flexibilidade de movimentação de comunicação e de relacionamento na administração da Educação Geral e na Formação especial profissionalizante.

2.5 Não podemos deixar de aproveitar a ocasião para insistir sobre a importância de estruturar e de instalar redes de centros interestaduais profissionalizantes, como recomenda a Lei 5692/71, art. 3, letra "c". Serão eles verdadeiros serviços para as escolas de uma região geográfica da Capital ou do Interior, em perfeita intercomplementaridade e entrosagem, ministrando Educação Geral e atendendo os preceitos legais quanto à Formação Especial profissionalizante.

2.6 Após estas considerações gerais, voltamos ao caso em tela. Não há dúvida de que devemos favorecer os casos de estudos concomitantes. Lembramos, porém, que a lei 5692/71, quando se refere à intercomplementaridade ou entrosagem, refere-se a escolas, não a alunos. Pois são as escolas que organizam os currículos plenos compostos da parte da Educação geral, da parte da Formação especial e da parte chamada diversificada, escolhida pela própria escola como complemento das duas primeiras.

2.6.1 Neste caso, não é bem a Escola que procura a intercomplementaridade, a entrosagem, para uma troca de efeitos, de vantagens ou em busca de complementação, mas sim o aluno que tenta solucionar o seu problema por intermédio do ensino sistemático oferecido por duas escolas: uma ministra a Educação geral, que é bem generalizada; e a outra que oferece também Habilitações plenas de Técnico em número limitado e períodos determinados.

2.6.2 A Lei de Educação Nacional é feita para o educando. Mas, para que o aproveitamento do ensino seja reconhecido, ele precisa frequentar escolas reconhecidas, exceção feita aos candidatos a exames supletivos. Assim sendo, a mesma Lei 5692/71 baixou normas para a organização, a estruturação e o reconhecimento da escola como por exemplo em relação a:

- a) Constituição de seu regimento, artigo 2º;
- b) Intercomplementaridade e Entrosagem, art. 3º;
- c) Ordenação e seqüência de currículo pleno por ano ou por semestre bem como a duração do ano letivo, artigos 5º, 8º, 11º, 18º e 22º.
- d) Verificação do rendimento escolar e da assiduidade, artigo 14º.
- e) Recuperação e promoção com ou sem dependência, artigos 11º, 15º e 16º.

2.6.3 Tal é a vinculação do aluno à escola que, mesmo que este adote um currículo no regime de matrícula por disciplina, a escola deverá necessariamente verificar a assiduidade, a carga horária cumprida, a avaliação, o cumprimento adequado do currículo pleno quanto a parte de Educação geral, incluindo as disciplinas obrigatórias do artigo 7º da Lei, a parte de Formação especial, bem como a parte Diversificada.

2.7 A escola tem muitas modalidades para estabelecer o intercâmbio de atividades com outros estabelecimentos de ensino, quer através de convênio, quer por meio de entendimentos até para atender problemas casuísticos. Por exemplo, no caso do aluno que realiza a parte de Educação Geral na Escola X e a parte de Formação Especial na Escola Y ou Z, pode haver entendimentos entre os orientadores pedagógicos dos colégios para zelar pelo cumprimento do currículo pleno seguido por esse aluno em duas escolas, atendendo aos preceitos legais e regimentais.

2.7.1 Tais entendimentos fazem parte "lato sensu" de certa intercomplementaridade e entrosagem, como menciona o artigo 3 da Lei 5692/71. o Parecer CFE nº45/72, item 2.4 "in fine" lembra este caso quando diz:

"Como recomenda a Lei, há de recorrer à entrosagem e intercomplementaridade consagradas no artigo 3º. No entanto é toda uma sistemática e mentalidade nova que é preciso implantar progressivamente, para que se aceite a idéia de que um aluno possa freqüentar vários locais para sua formação que antes se fazia sempre num mesmo lugar." (O grifo é nosso).

2.8 Esses entendimentos, particularmente quando se trata de atender e a favorecer alunos, não devem ser obstáculos à realização desses projetos. O importante, como já escrevemos acima, é a fixação do currículo pleno a ser ministrado pelas duas escolas, onde deverão ser acatadas as exigências legais e regimentais quanto à Educação Geral, incluídas as disciplinas obrigatórias do artigo 7º da Lei, bem como a parte de Formação Especial.

2.9 A nosso ver, a Escola que ministra a Habilitação de Técnico deve tomar a responsabilidade dos atos escolares praticados pelo aluno, anotando na sua ficha escolar os resultados obtidos na outra escola, emitindo o seu parecer quanto à sua avaliação global, sua promoção, sua transferência, se for o caso, enfim, expedindo o Diploma de Conclusão do ensino de 2º grau com a respectiva Habilitação de Técnico completada.

II - CONCLUSÃO

À vista do exposto, somos de parecer que se responda à consulta do Diretor do Colégio "Dr. Aimone Salerno", de Taquaritinga, nos seguintes termos:

- 1º- No ensino regular um aluno pode cursar concomitantemente a parte de Educação Geral em um estabelecimento e a parte de Formação Especial em outro, desde que haja acordo prévio escrito entre as escolas quanto ao cumprimento do currículo pleno a ser seguido pelo interessado e mediante os devidos vistos dos Inspectores escolares.
- 22- A escola que ministra a Habilitação Técnica deverá responsabilizar-se pela escrituração dos atos escolares praticados pelo aluno, anotando na sua ficha escolar os resultados obtidos no outro estabelecimento, para fins de verificação final, promoção, transferência, se for o caso, além de expedir o Diploma de Conclusão do ensino de 2º grau com a respectiva Habilitação de Técnico.

São Paulo, 23 de maio de 1975
a) Conselheiro Pe. LIONEL CORBEIL - Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como seu Parecer o voto do Relator:

Presentes os nobres Conselheiros: ALFREDO GOMES, ARNALDO LAURINDO, ERASMO DE FREITAS NUZZI, JOSÉ AUGUSTO DIAS, JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR, LIONEL CORBEIL.

Sala da Câmara do Segundo Grau em 23 de maio de 1975
a) Conselheiro JOSÉ AUGUSTO DIAS - Vice-Presidente
no exercício da Presidência

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CEE aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", aos 4 de junho de 1975

a) Cons. Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães

Presidente